



CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA

Requerimento nº \_\_\_\_\_

Processo nº \_\_\_\_\_

Exmo. Senhor  
Presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira

Reabilitar, Consigo! – Áreas de Reabilitação Urbana

#### IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE

Nome: \_\_\_\_\_

Morada: \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

BI/Cartão de Cidadão Nº \_\_\_\_\_ N.º Identificação Fiscal: \_\_\_\_\_

E-mail \_\_\_\_\_

Telefone \_\_\_\_\_ Fax \_\_\_\_\_ Telemóvel \_\_\_\_\_

Autorizo o envio de notificações, no decorrer deste processo, para:  Endereço eletrónico  SMS

Na qualidade de  Próprio  Representante  Sócio-gerente/gerente/diretor/administrador\*

Outro \_\_\_\_\_

Se for o representante: Código de consulta da procuração online \_\_\_\_\_

Se for o Sócio-gerente ou outro\*: Código da Certidão Permanente \_\_\_\_\_

#### IDENTIFICAÇÃO DO PEDIDO

Relativamente ao imóvel sito em \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, localidade \_\_\_\_\_, na freguesia/união \_\_\_\_\_,

a que corresponde o processo n.º \_\_\_\_\_, vem requerer ao abrigo do artigo 2.º e do n.º 3 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31/12, dos n.ºs 4, 17 e 20 a 23 do artigo 71.º e do n.º 5 do artigo 45.º do Decreto-Lei n.º 215/89 de 01/07, na atual redação (Estatuto dos Benefícios Fiscais):

Vistoria para DETERMINAÇÃO DO NÍVEL DE CONSERVAÇÃO antes da obra

Vistoria para DETERMINAÇÃO DO NÍVEL DE CONSERVAÇÃO após realização da obra, para efeitos de:

Certificação da ação de reabilitação, para efeitos de isenção de imposto municipal sobre imóveis (IMI)

Certificação da ação de reabilitação, para efeitos de isenção de imposto municipal sobre transmissões onerosas de imóveis (IMT)

Certificação da ação de reabilitação, para efeitos de atribuição de outros benefícios ou incentivos

O requerente/representante,

**Reabilitar,**  
**Consigo!**  
ÁREAS DE REABILITAÇÃO URBANA

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_ ASS. \_\_\_\_\_

#### REABILITAÇÃO URBANA - ARU – ELEMENTOS INSTRUTÓRIOS

- Planta de localização;
- Memória descritiva, (breve descrição dos trabalhos);
- Documentos de identificação do requerente (CC, BI, NIF e NIPC);
- Documentos comprovativo da legitimidade do requerente (Certidão de teor da conservatória do registo predial atualizada, caderneta predial urbana, ata de deliberação da assembleia de condomínio, quando aplicável).